



PODER

PL pró-golpistas deve ser vetado por Lula

Senado aprova projeto que reduz pena dos envolvidos no 8/1 e beneficia Bolsonaro, mas expectativa é de que chefe do Planalto refute texto. Aval à matéria ocorre após reviravolta na CCJ, com parlamentares denunciando acordo do governo com a oposição

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei 2.162/2023, conhecido como PL da Dosimetria, que altera critérios para a fixação e a execução das penas aplicadas a condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de cadeia por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. A proposta foi avalizada em plenário por 48 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção, após ter passado, mais cedo, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve vetá-lo.

Pelo projeto, Bolsonaro, que teria de cumprir 5 anos e 11 meses de prisão em regime fechado, conseguiria a redução para apenas 3 anos e 3 meses. O ex-presidente está detido na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reconheceu ter defendido o avanço do texto, por já ter maioria formada na Casa. Em troca, ele fez um acordo para não travar a pauta que corta incentivos fiscais e eleva a tributação de fintechs e de bets. “A dosimetria já tinha maioria formada. Eu fiz um acordo de procedimento, não de mérito, para não travar a pauta econômica. A responsabilidade é minha”, justificou.

A matéria chegou ao plenário após ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por 17 votos a favor e sete contra, em uma sessão marcada por divergências sobre o alcance das mudanças. O relator do projeto, senador Esperidião Amin (PP-SC), promoveu ajustes em relação à versão aprovada pela Câmara dos Deputados, restringindo expressamente os efeitos da proposta aos crimes relacionados aos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro, e afastando a possibilidade de aplicação generalizada a outros tipos penais, o que poderia beneficiar criminosos comuns.

Ele justificou que foi preciso eliminar brechas que poderiam beneficiar líderes de organizações criminosas. Após a aprovação no Senado, o relator comemorou e disse que esse é o caminho para selar a paz. “Essa vitória não é pessoal de ninguém. Essa vitória é a vitória do

bom senso, da busca da paz. Não é que ela fará a paz, mas é um gesto, um passo nessa direção. Temos que celebrar o Natal e o novo ano, que vai trazer novas esperanças”, afirmou Amin em plenário.

O parecer aprovado incorporou uma emenda apresentada pelo senador Sérgio Moro (União-PR), que altera dispositivos da Lei de Execução Penal para restringir a redução de penas em regime fechado nos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Para o relator, a proposta não configura anistia, mas corrige excessos. “Há um consenso de que a mão foi pesada, muito pesada”, declarou.

A classificação da emenda como de redação provocou controvérsia durante a tramitação na CCJ. O presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), avaliou que a mudança tinha mérito, mas, a pedido do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), o tema foi submetido ao colegiado. Em votação simbólica, prevaleceu o entendimento de que se tratava apenas de ajuste redacional, o que evitou o retorno do texto à Câmara.

Novos parâmetros

O projeto estabelece novos parâmetros para a progressão de regime nos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Pelo texto aprovado, o condenado deverá cumprir ao menos 16,6% da pena para progredir de um regime mais gravoso para outro mais brando, como do fechado para o semiaberto, desde que apresente bom comportamento carcerário. A regra se aplica independentemente de reincidência ou do uso de violência ou grave ameaça.

Atualmente, a legislação prevê o cumprimento mínimo de 16% da pena apenas para réus primários que não tenham praticado crimes com violência ou grave ameaça. No caso do 8 de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em diversas condenações, a ocorrência de violência e grave ameaça, o que exigiria percentuais mais elevados para a progressão de regime, pelas regras vigentes.

Nos demais crimes, o texto mantém os percentuais atuais. Em casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, por exemplo, o condenado primário deverá cumprir 25% da pena para ter direito à progressão. Para reincidentes e crimes mais graves, os percentuais continuam mais elevados.

Durante café da manhã com jornalistas, ontem, o líder da oposição, Luciano Zucco (PL-RS), afirmou que Motta “não tem mais crédito com a oposição”. Disse que os compromissos assumidos pela Presidência deixaram de ser considerados confiáveis.

“A gente não acredita mais no que está sendo proposto”, declarou. Ele também criticou a forma como Motta conduziu a conversão do projeto da anistia para dosimetria, mesmo com a oposição tentando propor uma versão mais restrita da proposta.

Para Zucco, o comando do cargo pelo deputado tem sido marcado por falhas no cumprimento de acordos políticos. “Acho que a gestão do presidente Hugo Motta foi uma

Jonas Pereira/Agência Senado



Painel do Senado exibe resultado da votação do Projeto de Lei da Dosimetria: reviravolta na CCJ permitiu apreciação do texto



De nossa parte, não tem nenhuma possibilidade de acordo, seja com anistia raiz, seja com anistia nutella. Não há tolerância para quem comete crime contra a democracia. Se for aprovado, o presidente Lula vetará esse projeto”

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Acordo e acusação a Moraes

A aprovação no Senado do PL da Dosimetria ocorre após uma reviravolta na votação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em que um acordo entre governo Lula e a oposição permitiu a votação do texto ainda em 2025. O líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), foi criticado pela articulação.

Senadores independentes acusaram governo e oposição de fazerem um acordo para permitir a votação do relatório. O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), contrário ao PL da Dosimetria, chegou a cobrar as lideranças do governo por deixarem-no sozinho defendendo a rejeição do texto.

“Uma hora eu olhei ao redor e pensei ‘nossa, só tem a gente (da oposição) aqui’”, disse o senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL, após o pedido de vista que atrasou a votação em quatro horas, pela manhã.

Renan Calheiros (MDB-AL) protestou contra a votação e acusou Jaques Wagner de ter sugerido liberar a apreciação do relatório em troca de apoio na votação de um pacote econômico em plenário.

“Há pouco, veio aqui o líder do

governo no Senado dizer a mim que ele concordava em deixar votar a matéria, porque queria votar o PL que iria elevar as alíquotas de bets e de fintechs”, declarou Calheiros.

O senador se referia ao projeto de lei aprovado na Câmara, na madrugada de ontem, que reduz benefícios fiscais em 10% e amplia a tributação de casas de apostas e fintechs para aumentar a arrecadação em 2026.

Alessandro Vieira (MDB-SE), por sua vez, afirmou que o suposto acordo envolveria até mesmo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem chamou de “falso herói” por, segundo ele, criticar o PL da Dosimetria e articular sua tramitação nos bastidores.

“Nos bastidores está acontecendo um grande acordo que envolve diretamente o ministro Alexandre de Moraes, que se entende no direito de interagir com senadores e deputados, sugerindo, inclusive, texto, enquanto na tribuna da Suprema Corte verbaliza o contrário, que o Congresso vai muito mal quando sinaliza para a sociedade. Este texto

que estamos votando é fruto de um acordo entre o governo Lula, parte de oposição e o ministro Alexandre de Moraes”, acusou Vieira.

Os principais líderes do governo estavam ausentes da sessão na CCJ em razão de uma reunião ministerial com o presidente Lula, mas se manifestaram assim que deixaram a agenda.

“Quero deixar bem claro. De nossa parte, não tem nenhuma possibilidade de acordo, seja com anistia raiz, seja com anistia nutella. Não há tolerância para quem comete crime contra a democracia”, frisou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). “Se for aprovado, o presidente Lula vetará esse projeto”, acrescentou.

Jaques Wagner chamou a responsabilidade para si e afirmou que fez acordo sem consultar a ministra da articulação política do Planalto, Gleisi Hoffmann, e o presidente. Ele diz que o combinado envolvia meramente uma questão “de procedimento”, para que a proposta fosse votada ainda neste ano, e não sobre o conteúdo do texto.

Bolsonaristas em pé de guerra contra Motta

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

A aprovação do Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, no Senado, não aplacou a irritação de bolsonaristas com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Como a votação do texto entre os senadores só ocorreu agora, nos últimos dias de trabalho do Parlamento e ainda há a expectativa de veto do PL pelo Palácio do Planalto, o assunto só voltará às discussões em 2026.

Segundo parlamentares de direita, Motta demorou para pautar a matéria na Câmara, mesmo após ter acordado, quando concorria à Presidência da Casa, que colocaria a matéria em votação. A eleição dele teve apoio do Partido Liberal.

gestão muito ruim no tocante a cumprimento de acordos e palavras. Ele não conseguiu cumprir o que tinha se comprometido, seja com o PL, seja com o Bolsonaro”, disse. A intenção dos bolsonaristas era livrar da cadeia o ex-presidente, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Em reação às declarações de Zucco, o líder do PSB na Câmara, Pedro Campos (PE), afirmou que todos os compromissos assumidos por Motta com sua bancada foram cumpridos e destacou o esforço do presidente da Casa em manter os acordos firmados durante o processo que o levou ao comando do Legislativo.

“Absolutamente todos os

compromissos que foram firmados do presidente Hugo Motta com a bancada do PSB foram cumpridos”, sustentou. Segundo ele, houve “esforço” de Motta em honrar o que foi acordado ainda no curto período de campanha interna.

No Senado, também houve críticas a Motta. O senador Jorge Seif (SC), segundo vice-líder do PL, criticou a postura do presidente da Câmara por tirar a proposta de anistia da apreciação dos deputados.

“No projeto inicial proposto pelo deputado Marcelo Crivella, ele previa, sim, a anistia, mas foi desvirtuado e encaminhado para uma dosimetria pelo relator Paulinho da Força, muito mal escolhido, aliás, pelo presidente Hugo Motta”, disparou.

Apolos Neto



Zucco afirmou que Motta “não tem mais crédito com a oposição”